



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2013

--- Aos Vinte e um dias do mês de Novembro do ano dois mil e treze, pelas 20h e 15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, na Sala de Sessões da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, em Manique do Intendente, com a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Regimento da Assembleia Municipal de Azambuja

Ponto 2 – Fixação de Taxas para 2014

2.1 - IMI

P 13-A/P/2013

2.2 - TMDP

P 15-A/P/2013

Ponto 3 – Revogação da Declaração de Interesse Público

P 12-A/P/2013

Ponto 4 – A.N.M.P. – Eleição de um de Presidente de Junta e seu Substituto

Ponto 5 – Assembleia Distrital de Lisboa - Eleição de um Presidente de Junta e seu Substituto

Ponto 6 – Assembleia Intermunicipal da CIMLT – Eleição de 4 representantes da Assembleia Municipal

Ponto 7 – Conselho da Comunidade ACES – Agrup. De Centros de Saúde Lezíria 1 – Ribatejo – Eleição de um Representante

Ponto 8 - Conselho Cinegético Municipal - Eleição de um Presidente de Junta

Ponto 9 - Conselho Municipal de Educação - Eleição de um Presidente de Junta

Ponto 10 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Eleição de um Presidente de Junta

Ponto 11 - Comissão Municipal de Proteção Civil - Eleição de um Presidente de Junta

Ponto 12 – CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Eleição de 4 Representantes

Ponto 13 - Criação de Comissões Específicas da Assembleia Municipal

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Sr.ª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e a 2ª secretária, Srª D. Sílvia Margarida Narciso Vitor. ------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da silva

Lúcio e os Senhores Vercadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho,
Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começando por cumprimentar o Sr. Presidente da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, agradecendo por ter recebido a Assembleia Municipal. Saudou também todos membros da Câmara Municipal, os Deputados Municipais e todos os que assistiam à Assembleia. Apresentou também os seus cumprimentos ao Sr.º Presidente da Assembleia cessante.
Ainda no uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia informou que estava constituída a Mesa, havia "quórum" e que se ia dar início aos trabalhos
Informou ainda que por se tratar de uma reunião extraordinária havia um período antes da ordem do dia destinado ao público
O Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia no público quem quisesse usar da
palavra
ORDEM DO DIA Ponto 1 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA Interveio o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal dizendo que a proposta apresentada para alteração do novo Regimento, seria feita por parte da mesa, no entanto tentou-se dar um novo registo na participação de todos os grupos. Sendo assim, a proposta foi apresentada por parte da Comissão Permanente ao abrigo do artº 26º, nº1, alínea a), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para vigorar no quadriénio 2013/2017 O Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia alguém que quisesse intervir neste ponto da ordem de trabalhos
Interveio o Sr. Presidente da Câmara, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que em relação ao lMI, os valores que aqui propuseram, são os mesmos que já vinham da avaliação do ano passado.
Após a explicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia pergunta se algum dos Deputados Municipais quer fazer uso da palavra

pautada pautada

várias tributações. Uma área urbana onde a tributação geral tem sido sempre pautada pela taxa máxima, uma área industrial que tem sido pautada pela isenção, e uma área rural que apesar de ter coeficientes mais baixos, continua a ser tributada pela taxa máxima.-------- Ao longo destes quase 10 anos de vigência do código do IMI temos assistido a uma tergevisação da filosofia da tributação do imobiliário no nosso concelho. A ideia inicial era que a base tributária fosse alargada, para que os contribuintes pagassem menos. Mas o que sucedeu foi que o IMI foi transformado numa receita geral, e com uma tributação extraordinariamente alta, agravado pelas aplicações das avaliações das normas que o código prevê para a avaliação do imobiliário.------- Salienta ainda que este último ano vai obviamente pesar no bolso dos Munícipes, e refere que a Câmara também deveria ter olhado um pouco aos bolsos dos Munícipes, uma vez que esta taxa é paga com os rendimentos de cada um, tendo o Munícipe de pagar para viver em casa própria. -------- Salienta ainda que pensava que o novo executivo tivesse alguma inclinação no sentido de olhar de outra forma este problema, no entanto compreendesse que a situação financeira do Município não possibilita uma redução drástica do IMI, sendo o mesmo uma forte componente das receitas Municipais. Mas considera que algo podia ter sido feito, pois também é dever do Município compreender a realidade económica e social dos seus Munícipes, não devendo propor taxas desta natureza e deveria ter dado um sinal aos Munícipes que pretendia moderar tributação nesta área.-------- Finaliza dizendo que por parte da bancada da CDU, terá obviamente a mesma resposta,-------- Interveio a Sr^a Deputado Inês Louro, cumprimentando todos os presentes e dizendo em tom de resposta que havia vontade por parte do Partido Socialista de que esta situação se alterasse. Mas a realidade que temos é a que está patente, e assim sendo, e uma vez que ainda não temos bem o conhecimento da influencia do agravamento ou não do IMI, pois o mesmo só vai ser avaliado em 2014.-------- Assim sendo considera que se deve primeiro apurar o valor concreto destas receitas, e agora perante uma nova realidade e perante uma nova reavaliação em 2013.-------- Conclui dizendo que talvez no final deste ano tenhamos condições para então pensar na tal reformulação das taxas.------- Tomou da palavra o Sr. Deputado António José Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, referindo que no ano passado a CDU votou contra porque a Câmara não teve capacidade de destrinçar a realidade do Alto Concelho e a realidade da Sede de Concelho. Salienta que a lei agravou drasticamente as taxas do IMI a pagar pelos Munícipes, existem casos de aumento de 300% a 400%, que só não se fizeram refletir este ano devido à cláusula de salvaguarda que prevê que nos aumentos muito significativos no ano de 2013 o valor da taxa do IMI só seria acrescido de 75 €. Para 2014 a lei prevê a mesma situação, mas a partir de 2015 não há cláusulas de salvaguarda, e as pessoas que viram o seu património imobiliário aumentado por exemplo de 10.000 a 15.000€ para 60.000 a 80.000€, vão ter um aumento de tributação de duas, três ou quatro vezes mais.-------- Salienta que a Câmara não teve sensibilidade para este problema e só pretendeu arrecadar dinheiro. -------- Considera que a Câmara se excedeu nos gastos, como por exemplo na construção da praça de touros, obra que considera não beneficiar em nada o resto do Concelho, salienta ainda que a Câmara deixou para trás a reparação das piscinas de Azambuja, que serviam uma grande população; não reparou o mercado diário de Manique do Intendente, preferindo comprar a sede do Rancho Folclórico de Manique do Intendente.

Diz ainda que em determinada altura a Câmara de Azambuja nem teve dinheiro para comprar uma bateria para uma máquina pesada que que estava a trabalhar no Alto Concelho, vindo uma viatura da sede do Concelho todos os dias dar um encosto de bateria à respetiva máquina, salientando que uma bateria poderia custar cerca de 100€ aquela operação custou à Câmara durante aquela semana cerca de 500 ou 600€. ------ Voltando à questão do IMI, o Sr. Deputado refere que uma vez que a Câmara chegou a um montante de divida de 27 milhões de euros, teve necessidade de aumentar o lMI. Sendo as realidades do Concelho diferentes, na sede de Concelho a população vive em apartamentos que têm entre 80 a 100m2, no Alto Concelho a população teve necessidade de construir habitações e anexos com 200 a 300m2. Sendo um dos critérios de taxação dos imoveis a área de construção, que é taxada com base em 603€ por m2, as pessoas que vivem em apartamentos pagam uma taxa de IMI de 150 ou 200€ e um agricultor paga taxas de IMI de talvez 700 a 1000€ por ano. Taxa essa que o município arrecada.-------- Finaliza dizendo que por este motivo e por outros o Grupo CDU vota contra apresentando uma declaração de voto.-------- Interveio novamente o Sr. Deputado António Nobre, para acrescentar que no inicio do mês esteve previsto uma reunião de informação sobre a situação financeira do Município, com os Senhores Vereadores e com o os Senhores Deputados Municipais, reunião essa que até à data não foi marcada, nem se sabe se vai acontecer. --------- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para informar dos tempos que cada Grupo Parlamentar tem para discutir cada ponto da ordem de trabalhos. -------- O Sr. Deputado António Nobre retomou a intervenção, dizendo que a situação financeira do Município é delicada e já o era antes das eleições autárquicas deste ano. Como tal é com alguma surpresa que se ouve que não há conhecimento dessa situação financeira. E a título de exemplo, refere, que a prestação do IMI cobrada antes do Verão serviu para pagar uma das prestações contraídas junto da Caixa Geral de Depósitos. Sendo assim, diz que não se ignora o significado deste imposto, mas também se tem de chamar a atenção que as receitas também têm que ser bem geridas, não podendo quem têm a gestão, deixar chegar as coisas a este ponto, pois tinham conhecimento que quando contraíram os empréstimos e quando constituíram a EMIA que não podiam desenvolver uma política Municipal sem sustentação financeira.-------- O Sr.º Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Sr.º Presidente da Câmara Municipal,-------- O Sr. Presidente da Câmara começa por responder ao Sr. Deputado António Nobre, dizendo que a dita reunião provavelmente será agendada para a próxima semana. --- Referente ao mercado diário de Manique do Intendente, questão colocada pelo Sr. Deputado António José Rodrigues, o Sr. Presidente da Câmara refere que o projeto do mesmo já foi elaborado e enviado para o Sr. Presidente da Junta para análise.------- Em relação às dificuldades financeiras da Câmara o Sr.º presidente da Câmara confirma essas mesmas dificuldades, sendo também por isso que não foram mexidas as percentagens do lMI, mas é intenção da Câmara mexe-las no próximo ano. -------- Tomou da palavra o Sr. Deputado António Godinho dizendo que o IMI não pode diminuir por força do PAEL, não podendo ter valores abaixo do ano anterior. Salienta que se estivéssemos no grupo um, teria de ser a taxa máxima, assim como estamos no grupo dois tem que ser igual à do ano anterior. Sendo assim, a partir do momento em que é assinado o PAEL, não há hipótese da taxa ser reduzida.-------- Colocado à votação, foi a proposta nº 13-A/P/2013, aprovado por maioria, com 19 votos a favor (13 do PS e 6 da Coligação PFNT) e 9 votos contra da CDU.



N Bes

--- O Deputado Municipal Sr. António José Rodrigues, da CDU, apresentou a seguinte declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

- --- Durante o ano de 2012 a avaliação do património urbano provocou alterações significativas no valor tributário dos prédios urbanos, deixando ao critério dos municípios a fixação da taxa do IMI, entre 0,3% e 0,5% (antes era de 0,5% a 0,8%). ------ Algumas câmaras municipais com maior sensibilidade social fizeram estudos apropriados e simulações de modo a proporem taxas de IMI dentro dos limites mínimos e nalguns casos com descontos até 30%, em localidades ou freguesias em desertificação, como a lei determina. Segundo os censos de 2011, sabemos que no concelho de Azambuja só três freguesias viram aumentar a sua população: Vila Nova da Rainha, 30%; Azambuja, 19%; Av. Cima, 2,6%. Todas as restantes desceram. Conhecedores desta realidade, seria de esperar que Câmara e a Assembleia Municipal de Azambuja aplicassem a taxa mínima de IMI para algumas das freguesias com maior grau de desertificação e, ainda, concedessem descontos no valor do IMI. Mas não, quer em 2012 quer em 2013, para aplicar nos anos seguintes, as propostas da CMA foram de aplicação genérica em freguesias de 0,4%.-------- Votámos contra no ano passado, por termos entendido que opção de 0,4% terá motivada por vaidades de novo riquissimo, pois a CMA tinha construído uma Praça de Touros (600.000€) para gáudio de cerca de 200 pessoas, bem como comprou uma sede para o Rancho Folclórico de Manique (26.000€), em final de 2012, localidade onde o município tem outras instalações disponíveis que podia emprestar. Deste modo, tendo gasto muito dinheiro sem justificação, não houve dinheiro para reparar as Piscinas de Azambuja e o Mercado Diário de Manique, nem sequer para comprar uma bateria para uma máquina retroescavadora em serviço no alto concelho, optando-se por fazer deslocar uma viatura ligeira a partir de Azambuja, durante vários dias, para colocar a máquina trabalhar,-------- Sabia-se também, como se sabe agora, que um dos coeficientes de avaliação dos prédios urbanos é a área, a que se atribui o valor 603€ por m2. Sabe-se ainda que, nas freguesias rurais, as habitações, em especial as mais antigas têm áreas de construção muitas vezes superiores a 200 m2, pois construía-se primeiro uma casa de habitação e, ao longo dos anos, construía-se um barração para acolher o gado de apoio á agricultura (bovino, cavalar, etc.) e ainda os animais domésticos; mais tarde acrescentava-se uma adega ou uma casa de arrecadação para alfaias e depois máquinas agrícolas. Na sede do concelho, a regra são as construções divididas em propriedade horizontal, com cerca de 80/100m2.------- Com estes desvarios, a dívida acumulada chegou a cerca de 27 milhões de euros, prevendo-se que em 2013 e 2014 os munícipes iriam pagar cerca do dobro do IMI. Assim, sendo aplicada uma percentagem igual para o próximo ano, só podemos votar contra esta proposta.-------- 2.2 - Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP), apresentado com a proposta N° 15-A/P/2013.-------- Interveio o Srº Presidente da Assembleia Municipal perguntando ao Sr. Presidente da Câmara, se para além da informação que foi prestada aos Deputados Municipais, se quer prestar algum esclarecimento adicional. -------- Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que este ano a Câmara irá manter a
- taxa dos 0.25%, que é o máximo, e dizer que não é daqui que a câmara tira qualquer proveito, dizendo ainda que este ano a Câmara recebeu com estas taxas 7.300 Euros. Salienta ainda que terá que ser feito mais alguma coisa neste sentido, como por exemplo uma fiscalização mais rígida.

Interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já houve alguma fiscalização, pois não têm conhecimento que
tenha havido
demitir desta situação. O facto de isto ser um problema nacional não altera nada, pois a Câmara têm o dever de pressionar junto da Associação Nacional de Municípios, para que esta pressione junto das entidades fiscalizadoras
Refere ainda, que não acredita que uma taxa de 0.25% corresponda a 7.300€ das
várias operadoras. Salientando que a razão porque irão votar contra, é o facto desta situação se ter arrastado ao longo dos anos, sem que tenha havido alguma intervenção
positiva por parte da Câmara
mais fiscalização do que aquela que têm havido
votos a favor (13 do PS e 8 da CDU) e 6 votos contra da Coligação PFNT
Foi verificado posteriormente que o Sr.º António Luís Lavado dos Reis, a quando da
aprovação deste ponto da ordem do dia se tinha ausentado da sala, pelo que o número de
votos atribuídos ao grupo CDU, deveria ser 8 e não 9, como por lapso consta da minuta
aprovada no final da reunião,
Ponto 3 - Revogação da Declaração de Interesse Público, apresentado com a
Proposta Nº 13-A/P/2013
Tomou da palavra o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal, perguntando ao Sr.º
Presidente da Câmara se quer fazer uso da palavra acerca deste ponto.
O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo que esta proposta diz respeito a uma casa de repouso que iria ser feita em Alcoentre. Tendo os prazos caducado foi considerado que deveria ser feita uma declaração de interesse público, para que possa ser edificado. Vindo assim este proposta à Assembleia Municipal para que esta também
aprove a revogação de interesse público
Não havendo, colocou o mesmo a votação
Uma vez posta a votação a Proposta foi aprovada por unanimidade.
Ponto 4 – A.N.M.P. – Eleição de um de Presidente de Junta e seu Substituto Proposta N° 2/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto da Associação Nacional de Municípios
Portugueses, os seguintes elementos:Efetivo:
José Avelino Colaço Correia - Presidente da União de Freguesias de Manique do
Intendente, Vila Nova S. Pedro e MaçussaSuplente:
Carlos Miguel Rebelo Valada Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo.
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 5 – Assembleia Distrital de Lisboa - Eleição de um Presidente de Junta e
seu Substituto Proposta N° 3/2013
F10posta N° 5/2015



A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto da Assembleia Distrital de Lisboa, os
seguintes elementos:
Efetivo:
Carlos Miguel Rebelo Valada - Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de
Baixo
Suplente:
António Rodrigues Torrão - Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima -
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 6 – Assembleia Intermunicipal da CIMLT – Eleição de 4 Representantes
da Assembleia Municipal
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que neste ponto, terá cada força
partidária que concorrer individualmente, apresentando a sua própria lista.
Informa ainda que os Presidentes de Junta não poderão votar nem ser eleitos
O Partido Socialista, apresentou a seguinte lista:
Efetivos:
José Miguel Marques dos Santos
Vera Lúcia Brás dos Santos
Sílvia Margarida Narciso Vitor
Joaquim Luís Lobato
Suplente:
Inês Pina Vidal Ramos
Manuel da Silva Simões Ramos
A Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte lista:
Efetivos:
António José Fonseca Nobre
António José Rodrigues
Hermínia Eva Leal Mota Abreu
Justino Cláudio de Oliveira
Suplente:
Rogério Faria Jorge
Ana Paula Alves Abreu Martins
António Luís Lavado dos Reis
A Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, apresentou a seguinte lista:
Efetivos:
Manuel Couceiro
Luísa António
Sérgio Ezequiel
Samuel Jacinto
Suplente:
António Godinho
Foram presentes as 3 listas de candidatos, as quais foram ordenadas da seguinte
forma:
Partido Socialista – Lista A
Coligação Democrática Unitária — Lista B
Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra – Lista C
Realizada a votação por voto secreto e nominal verificou-se o seguinte resultado:
Lista A – 9 votos a favor

Lista B 7 votos a favor
Lista C 5 votos a favor
Atribuídos os mandatos pelo método de Hondt, o senhor Presidente da Mesa
declarou eleitos os Deputados Municipais senhores: José Luís Marques dos Santos e
Vera Lúcia Brás dos Santos, do Partido Socialista. O senhor António José Fonseca
Nobre, pela Coligação Democrática Unitária. O senhor Manuel Maria Pereira Valadares
Couceiro, pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra.
Ponto 7 - Conselho de Comunidade ACES - Agrupamento de Centros de Saúde
do Estuário do Tejo - Eleição de um Representante
Proposta Nº 4/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto do Conselho de Comunidade ACES -
Agrupamento de Centros de Saúde do Estuário do Tejo, o seguinte elemento:
António Francisco Nunes Godinho – Deputado Municipal da Coligação pelo Futuro
da Nossa Terra.
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 8 – Conselho Cinegético Municipal – Eleição de um Presidente de Junta
Proposta N° 5/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto do Conselho Cinegético Municipal, o
seguinte elemento:
José Avelino Colaço Correia - Presidente da União de Freguesias de Manique do
Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 9 - Conselho Municipal de Educação - Eleição de um Presidente de
Junta
Proposta Nº 6/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto do Conselho Municipal de Educação,
o seguinte elemento:
Maria Inês da Graça Louro – Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 10 Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Eleição
de um Presidente de Junta
Proposta Nº 7/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto da Comissão Municipal de Defesa da
Floresta Contra Incêndios, o seguinte elemento:
António Manuel da Conceição Loureiro - Presidente da Junta de Freguesia de
Alcoentre
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor





Ponto 11 - Comissão Municipal de Proteção Civil - Eleição de um Presidente de
Junta
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que referentes a este ponto foram apresentadas duas propostas, uma do Partido Socialista e outra da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, as quais foram ordenadas da seguinte forma:
Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra – Lista B
Pelo Partido Socialista foi apresentado como candidato o senhor António Manuel da
Conceição Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcoentre
Pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra foi apresentado como candidato o senhor
Carlos Miguel Rebelo Valada - Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo
Realizada a votação por voto secreto e nominal verificou-se o seguinte resultado:
Lista A – 21 votos
Lista B – 7 votos
O Senhor Presidente da Mesa declarou eleito o candidato da Lista A acima
mencionado
Ponto 12 - CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Eleição de 4
Representantes
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informa que neste ponto não existe a
obrigatoriedade de serem membros da Assembleia Municipal
Proposta N° 8/2013
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal vem apresentar para
representantes do Município de Azambuja, junto da Comissão de Proteção de Crianças
e Jovens, os seguintes elementos:
Pelo Partido Socialista:
Silvia Margarida Narciso Vitor - Deputada Municipal
Inês Pina Vidal Ramos - Deputada Municipal
Pela Coligação Democrática Unitária:
António José da Fonseca Nobre – Deputado Municipal
Pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra:
Isabel Maria Franco Corrêa
Como suplente:
Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro - Deputado Municipal
A Comissão Permanente
Colocada a proposta a votação por voto nominal e secreto foi a mesma aprovada por
unanimidade com 28 votos a favor
Ponto 13 – Criação de Comissões Específicas da Assembleia Municipal
Interveio o Sr. Deputado Carlos Valada, questionando o facto de ser delegado na
Comissão Permanente a constituição das Comissões, referindo que não é isso que diz o
artigo 47º do Regimento
apresentada não deixa de ser da Assembleia Municipal, mas delegada na Comissão
permanente. No entanto refere que a Assembleia é soberana
Interveio o Sr. Deputado António Godinho, explicando que é mais fácil trabalhar isto
na Comissão Permanente do que a Assembleia em conjunto, dando depois os membros
da Comissão Permanente a respetiva informação aos seus grupos, podendo estes tomar
outra posição. Salienta que este não é um poder atribuído à Comissão Permanente em
termos regimentais de forma irrevogável, como tal as decisões tomadas podem ser
sufragadas pela Assembleia, se assim o entender

verolivos. Prasolossous

Silvia Margaride Marciso Vitez